

A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM PANORAMA HISTÓRICO DOS ESTEREÓTIPOS FEMININOS E A INFLUÊNCIA DO IMAGINÁRIO SOCIAL NA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CENÁRIO POLÍTICO.

Iracema de Cássia Ramos de Almeida.

Orientação: Prof. Me. Tadeu de Miranda Alves

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal) – Campus São Joaquim

RESUMO

Atualmente o número de mulheres que participam ativamente da política brasileira é pequeno. Essa ausência resulta diretamente do pensamento patriarcal presente na sociedade. Diante de um país com um imaginário apregoado de conceitos misóginos, o Brasil se desenvolveu mantendo a mulher sempre marginalizada das decisões de poder

O presente artigo tem como objetivo traçar um panorama histórico do imaginário social a respeito da mulher e o seu papel na sociedade desde os tempos coloniais até a atualidade, para com isso tentar buscar uma resposta para a ausência de interesse das mulheres na disputa de cargos de poder. Além de destacar a importância de sua participação na política brasileira como um meio de vivenciar a verdadeira igualdade e de dismantelar as barreiras impostas pelo imaginário misógino.

Palavras Chave: Mulher. História. Política. Estereótipos de Gêneros.

INTRODUÇÃO

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.¹

Não é novidade que ao longo da História, em diversas civilizações e períodos históricos, a mulher foi marginalizada nas sociedades. Muitas vezes inferiorizada, vista como a

¹ BEAUVOIR, 1967, p. 9.

personificação do mal – como nas sociedades de origem judaico-cristã, que viam o sexo feminino como detentor do pecado original. Em outros momentos sendo atribuída a elas a imagem da pureza e da maternidade. Deixando-as a parte das relações de poder e de condução da sociedade.

O Brasil teve na formação de sua identidade cultural uma contribuição grandiosa da cultura europeia, esta que por muito tempo demonstrou ter um pensamento misógino, anulando a participação da mulher na vida pública e reservando a ela o ambiente familiar e as tarefas de cunho doméstico. Além do pensamento cristão que também influenciou de maneira substancial nas relações da colônia portuguesa na América, influenciando nas relações cotidianas da sociedade colonial.

Diante de um país com um imaginário apregoadado de conceitos misóginos, o Brasil se desenvolveu mantendo a mulher sempre marginalizada das decisões de poder. Com o advento da república, as terras onde um dia foi a sede da Coroa Portuguesa, pôde então pensar na possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária e até mesmo uma maior pluralidade política. Para as mulheres essa realidade só foi alcançada com as mudanças proporcionadas pelo novo governo em 1932. Durante mais de 40 anos, a sociedade brasileira as privou de usufruírem o direito maior de todo indivíduo em um sistema republicano: ser cidadão, e gozar de todos os direitos que a ele é atribuído.

Após oito décadas de lutas e conquistas, as mulheres atualmente não possuem uma grande expressividade no cenário político, mesmo o número de eleitoras (52,13%) sendo maior que o número de eleitores, a porcentagem de mulheres no Senado e na Câmara dos Deputados não ultrapassa 12%², demonstrado a presença inexpressiva do sexo feminino nessa esfera de poder.

Com base no que foi exposto, o presente artigo tem como objetivo traçar um panorama histórico do imaginário social a respeito da mulher e o seu papel na sociedade desde os tempos coloniais até a atualidade, para com isso tentar buscar uma resposta para a ausência de interesse das mulheres na disputa de cargos de poder. Além de destacar a importância de sua participação na política brasileira como um meio de vivenciar a verdadeira igualdade, e de dismantelar as barreiras impostas pelo imaginário misógino.

² Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os números de candidatas eleitas em 2014 somam 18% Senadoras, 9.9% Deputadas Federais, 11.11%.

O Imaginário e a Criação de Estereótipos Femininos

A imaginação pode ser compreendida como a capacidade mais ampla de pensar, de encontrar soluções para problemas existentes, para elaborar mentalmente coisas possíveis e inovadoras. Contudo, ela também pode ser compreendida como a capacidade de inventar, exagerar, fugir da realidade. Segundo CHAÚÍ (1995), existe cinco formas de imaginação, dentre elas está a Imaginação Reprodutora, que nos arremessa em um mundo de ídolos e de preconceito. A partir daí surge o imaginário, que faz com que desviemos nossa atenção da realidade.

O imaginário reprodutor (nas ciências, na Filosofia, no cinema, na literatura, etc.) bloqueia nosso conhecimento porque apenas reproduz nossa realidade, mas dando a ela aspectos sedutores, mágicos, embelezados, cheios de sonhos que já parecem realizados e que reforçam nosso presente como algo inquestionável e inelutável. É um imaginário de explicações feitas e acabadas, justificador do mundo como tal ele parece ser. Quando esse imaginário é social, chama-se ideologia.³

Então, a ideologia interfere nas relações humanas, de tal modo que cria o imaginário social, e esta provoca a alienação social⁴.

Por intermédio do senso comum, são imaginadas elucidações e justificativas para a vida real. O conhecimento originado, dentro dessa concepção, é resultado de uma dialética entre o senso comum e as produções intelectuais, que reproduzem as ideias de uma classe dominante da sociedade. A incorporação das teorias intelectuais pelo senso comum social é a ideologia.

A ideologia se encarrega de ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, por conseguinte, nos impede de pensar a realidade e faz com que aceitemos tudo com naturalidade.

Do mesmo modo, criou-se a ideologia do “ser feminino”, o qual foi implantado no meio social e vivenciado pelas pessoas, a reprodução dessa ideia de uma maneira lógica e coerente, resultou na criação de um imaginário social que concebeu uma série de normas e regras de condutas e comportamentos naturalizados como pertencentes exclusivamente da esfera feminina.

O estereótipo é um conjunto de conceitos e características que fazem generalizações de um determinado grupo social. Tem característica abusiva e admite poucas exceções, e também características pejorativas. Pode ser considerado como um mecanismo de manutenção do imaginário e, por conseguinte, da ideologia, pois “seu papel principal é o de legitimar formas

³ CHAÚÍ, 1995, p. 136.

⁴ Desconhecimento das condições histórico-sociais sólidas em que o indivíduo está imerso, concebidas mediante ações humanas sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas.

de dominação e poder social de um grupo sobre outro e daí assumirem um carácter mais frequentemente depreciativo em face aos ‘outros’, muito diferentes de ‘nós’”⁵

O imaginário relacionado às mulheres e os estereótipos a elas atribuídos, sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, as afastando dos meios de poder, e talvez o mais importante, as privando de exercer sua verdadeira liberdade, aprisionando-as em uma série de regras de condutas e comportamentos.

Da colônia aos Anos Dourados

Antes da colonização do Brasil os índios viviam de uma maneira bem diferente da qual vivemos hoje. A organização da sociedade indígena se diferenciava em diversos aspectos da sociedade europeia, e o papel da mulher dentro da tribo também era diferente dos papéis atribuídos à mulher na Europa.

Nas tribos indígenas da América do Sul, mais especificamente no território que posteriormente iria ser o palco da exploração portuguesa, não havia uma distinção de classes, todos eram tratados da mesma forma, como por exemplo, na divisão de terras e na realização de trabalhos. As divisões ocorriam de acordo com o sexo, assim as mulheres ficavam responsáveis pelo cuidado com as crianças e a família, do plantio e da colheita, e os homens ficavam responsáveis pela caça, pesca e da segurança da tribo. Portanto, podemos observar que os diferentes papéis atribuídos a ambos os sexos está presente na realidade do território brasileiro desde muito cedo, mesmo antes da colonização portuguesa.

Com a chegada dos portugueses no território brasileiro a imagem da mulher começou a sofrer uma metamorfose. O imaginário europeu respaldado na cultura religiosa via a mulher como um ser inferior ao homem e toda a descrição que foi feita nesse período foi baseado em paradigmas teológicos cristãos. Ao observar o novo território, como um antagonismo dos hábitos e costumes europeus, a mulher foi colocada em evidência como um ser vil.

A mulher como responsável da criação e da formação dos filhos – seja para a vida em sociedade ou para criação de bons cristãos – era o modelo ideal, o qual a Europa sempre difundiu. As atitudes tomadas pelas índias muitas vezes eram enxergadas como uma abominação, pois fugia aos padrões de uma sociedade civilizada. No texto de RAMINELLI

⁵ LIMA, 1997, p. 178.

(1997) é feita uma análise do imaginário europeu sobre as índias tupinambás, e demonstra como muitos colonos viam as mães índias como feras brutas destituídas de sentimentos.

Quando os maridos ficavam doentes, então, a atrocidade das índias era maior. Para promover o seu estabelecimento, as esposas matavam os filhos e, com eles, alimentavam o doente enquanto durasse a convalescência. Se não tivesse filhos, elas saíam armadas de arco e flecha à caça de uma criança. Somente o frescor da infância seria remédio adequado para recuperar o marido debilitado. A dieta à base de crianças, acreditavam, faria o doente absorver uma força vital capaz de devolver sua saúde de guerreiro.⁶

O comportamento das mães indígenas ia contra o ideal de maternidade. A boa mãe deveria cuidar bem de seu filho, alimentá-lo em seus primeiros anos, cuidar de sua saúde e de sua alma, para que assim ao atingir a idade adulta pudesse ser responsável pelos seus próprios atos. As índias muitas vezes fugiam a esse modelo. Em alguns depoimentos de colonos que habitaram o território nos primeiros anos de colonização, deixa claro como as atitudes das mães índias eram diferentes das mães do mundo civilizado: “Entre os tupinaés, o sentimento maternal parecia ainda mais débil: as mulheres que ficavam grávidas dos inimigos matavam e comiam os recém-nascidos”.⁷ Essa diferenciação de práticas contribuía para a formação do imaginário europeu sobre os índios do Brasil Colonial, e os reduziam ainda mais a seres bárbaros, necessitados de ajuda espiritual.

Outra prática que os colonos abominavam era o antropofagismo. Os índios matavam seus inimigos e se alimentavam deles após uma série de rituais, acreditando que assim absorveriam as qualidades de seu inimigo. Sabemos que as mulheres também participavam desses ritos, mas em uma posição bem menos importante que a dos homens. Era a figura masculina que estava atrelada ao canibalismo e a vingança, restava à mulher um papel secundário. No entanto, as imagens pictóricas do século XVI e XVII traziam as índias em lugar de destaque, ocupando um espaço que era de fato reservado ao homem. “(...) Elas matam o prisioneiro, manuseiam instrumentos cortantes e ingerem braços e pernas moqueadas, repasto sempre reservado os homens”.⁸ Isto transformou a mulher no símbolo máximo do canibalismo.

As atribuições abomináveis reservadas aos índios e, principalmente, à índia, estavam relacionadas com a ideia de o Novo Mundo ter sido o refúgio dos demônios expulsos da Europa após a vitória do Cristianismo. No caso da mulher, estava estritamente ligada a ideia que o sexo feminino era frágil diante das tentações, e estar repleto de paixões vorazes.

⁶ RAMINELLI, 1997, p. 16.

⁷ Ibid, p. 16.

⁸ Ibid, p. 36.

A Bíblia já havia representado a mulher como fraca e suscetível. Desde Eva, as tentações da carne e as perversões sexuais surgem do sexo feminino. Os eruditos do final da Idade Média partem comumente da falta de autocontrole para explicar as perversões sexuais das mulheres.⁹

A mulher nos primeiros anos da colônia foi vista como algo abominável, frágil e suscetível as tentações que à rondava, digna de compaixão e veemência divina. Filhas de Eva, assim como as europeias, eram dotadas de pecados e precisavam de orientação espiritual para ser salvas. Os religiosos ficaram responsáveis de conduzir os povos ‘atrasados’ da América para última fase da evolução, fazendo-os abdicarem de seus “desprezíveis” costumes e convertendo-os à palavra sagrada para morrerem cristãos.

A Igreja passou a exercer um papel fundamental no comportamento dos moradores da colônia, principalmente no comportamento feminino. Após um longo período de conversão dos índios e de um aumento demográfico da população em geral, a colônia então “civilizada” passou a sofrer modificações e com isso passou a tratar a mulher de uma maneira diferente. A mulher ainda era vista como um ser que precisava de tutela, mas suas funções foram restringidas ao lar, toda a organização e administração da sociedade ficaram reservadas aos homens, e por eles serem considerados superiores ao segundo sexo ficaram responsáveis por exercer autoridade sobre a mulher.

Na colônia, desde muito cedo, a mulher tinha uma educação voltada para a sua preparação segundo os padrões de comportamento vigentes, era ensinada a conter seus desejos e se comportar no meio social. A educação formal¹⁰ que recebia era diferente dos meninos, realizada na maioria das vezes em recolhimento, ou seja, em um ambiente de encerramento. O programa de estudos limitava-se ao mínimo, de maneira leve.

O ideal de adestramento completo, definitivo, perfeito, jamais foi alcançado por inteiro. A igreja bem que tentava domar os pensamentos e os sentimentos, muitas vezes até com algum sucesso, mas nem todo mundo aceitava passivamente tamanha interferência quando o fogo do desejo ardia no corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias. Contudo, *parece que o normal era a introjeção, por parte das mulheres, dos valores misóginos predominantes no meio social*; introjeção imposta não só pela Igreja e pelo ambiente doméstico, mas também por diversos mecanismos informais de coerção, a exemplo da tagarelice de vizinhos, da aceitação de certos círculos, da imagem a ser mantida neste ou naquele ambiente, etc.¹¹

⁹ Ibid, p. 42.

¹⁰ Aprender a ler e escrever.

¹¹ Araújo, 1997, p 50, grifo nosso.

A sexualidade feminina na colônia era controlada e reprimida, o comportamento feminino era tutelado com base em uma sociedade misógina. Cabia a ela o papel de mulher, de filha, de religiosa, mas em momento algum lhe cabia o papel de amante. Mesmo com todas essas restrições as mulheres se envolviam em casos amorosos, e mesmo as que não se envolviam, sempre eram assombradas pela ideia de pecado.

O adultério feminino era algo existente na sociedade, mas ao cometê-lo a mulher colocava em risco não só a sua reputação, mas até mesmo a sua própria vida. A legislação dava plenos direitos ao marido de pôr fim a vida da esposa e do amante, acaso fossem pegos em flagrante¹². Quando o marido não optava pela execução podia escolher pelo recolhimento da esposa, encerrando-a em um convento em caso de adultério. Não somente nesses casos, mas caso precisasse se ausentar por um longo período também levava a mulher ao recolhimento, pois somente assim teria a certeza que não seria vítima de traição.

A partir do século XIX, com a ascensão da burguesia houve o surgimento de uma nova mentalidade, reorganizando as vivências domésticas, do tempo e das atividades femininas. Neste período o papel feminino se resumiu ainda mais na figura da maternidade e do cuidado com o lar. A casa era comandada pelo pai, que também ficava responsável pela administração dos negócios. A chamada família patriarcal ajudou a fortalecer os alicerces da cultura brasileira, contribuindo para o fortalecimento da imagem da mulher como um ser inferior, que não tem o direito de participar da vida pública¹³.

Com a aquisição de seu novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa. Visto que a cidade tinha se transformado num lugar de interesse público, em que *todas as antigas formas de uso foram ou banidas ou ajustadas à nova ordem*, muitas pessoas tiveram de mudar não só o local de residência, mas também as formas de diversão de raízes populares e grupais.¹⁴

Portanto, a mulher pertencente à família burguesa ocupava as funções ditas domésticas, longe da vida pública, sua posição era fruto do imaginário cristão que ainda permanecia presente na sociedade. Realidade existente nessa camada da sociedade até o início do século XX.

Já a mulher pobre desenvolvia outras atividades se comparada às atividades relegadas à mulher da classe burguesa. Aquela sofria muito com os estereótipos relacionados à mulher, pois

¹² Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero. (Código Filipino, 1870)

¹³ A vida pública deve ser compreendida como o espaço reservado para as discussões e tomada de decisões, ou seja, espaço reservado para as relações de poder.

¹⁴ D'INCAO, 1997, p. 223, grifo nosso.

vivia entre a necessidade de se ter uma vida pública para ajudar a prover o sustento da família trabalhando, e a certeza que seria condenada moralmente por esse ato. Ao trabalhar fora do lar, ao invés de ser admirada como os homens eram, a mulher era vista com maus olhos, sendo em muitos casos vistas como mães relapsas. Além de ter de conviver com a ideia de má reputação, sofria com os assédios sexuais, algo existente no meio do trabalho.

O paradigma social ensinava que a mulher deveria se resguardar em casa, desenvolvendo atividades domésticas, enquanto ficava a cargo do marido conseguir o sustento da família trabalhando no espaço público. Essa mentalidade tinha raízes no período colonial que foi fortalecido com a ascensão da família burguesa e difundido para toda a sociedade, até mesmo para as camadas mais simples. Essa ideia de estipular à mulher certos espaços sociais tinha como função evidenciar a diferença entre a elite burguesa e a classe mais pobre da sociedade.

No início do século XX, boa parte do operariado era constituído por mulheres e crianças, o descaso com a mulher operária era real, como já dito anteriormente, o assédio sexual dentro do trabalho era constante, no caso das operárias não era diferente. Muitos artigos da imprensa operária denunciavam os assédios sexuais de patrões sobre as trabalhadoras. Nesse contexto, o trabalho feminino fora do lar passou a ser vastamente discutido, e diversas mulheres se filiaram a sindicatos na tentativa de conseguirem o reconhecimento de seus direitos. Deve ser ressaltado que o imaginário da elite nesta época defendia “que as mulheres das camadas mais carentes da população, (...) devido à constituição física, quer a falta de formação moral, eram muito inferiores às ‘mulheres normais’”¹⁵.

As anarquistas¹⁶ e socialistas tentaram organizar a trabalhadoras, fazendo convocações para assembleias sindicais ou para discutirem os problemas que envolviam a esfera feminina dentro da sociedade. Diferentes das feministas liberais, as anarquistas “não reivindicavam o direito do voto, por considerarem que de *nada adiantaria* participar de um campo político já profundamente atravessado pelas *relações de poder, social e sexualmente hierarquizadas*”.¹⁷ Essas movimentações não foram aderidas pelas massas e mesmo contribuindo para a difusão de ideais entre a população foi perdendo força com o passar do tempo.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pela transformação dos papéis atribuídos à mulher. A “mulher moderna” conquistou admiradores entre ambos os sexos, e a busca pela emancipação caminhava, mesmo que a passos lentos. No entanto, o espaço público

¹⁵ RAGO, 1997, p. 593.

¹⁶ A corrente do movimento operário internacional conhecido como anarco-sindicalismo pregava a construção de uma sociedade justa e livre. Logo no começo do século essa corrente teve grande impacto sobre os trabalhadores urbanos no país, sobretudo, em São Paulo, onde o peso da imigração europeia foi mais forte (Ibid, p. 596)

¹⁷ Ibid, p 597, grifo nosso.

continuava a ser definido como uma esfera predominantemente masculina, e a participação feminina era vista como irrelevante. Na maioria das vezes a mulher desempenhava atividades que eram consideradas de pouca importância para o mercado, como: auxiliares, assistentes, secretárias, etc.

Mesmo com uma conquista relevante na esfera que outrora era exclusivamente masculina, a figura da “mulher pública¹⁸” permaneceu no imaginário social, além disso, a figura feminina ainda estava particularmente associada ao casamento e a maternidade, e por isso deveria se abster das aparições solitárias em locais públicos como boates e bares. O cenário político continuava a ser um espaço reservado apenas aos homens.

Influenciadas pelas transformações ocorridas na Europa e nos Estados Unidos no fim do século XIX e início do século XX¹⁹, a mentalidade feminina no Brasil começou a sofrer certas alterações. As mulheres passaram a se organizar buscando alcançar uma maior igualdade no espaço público brasileiro. Assim, em 1910, Deolinda Daltro funda, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, e em 1920 é criada a “Liga pela Emancipação da Mulher”²⁰ por Bertha Lutz, uma das principais reivindicantes do direito de participação da mulher no cenário político da década de 20, além de outras reivindicações. Esses movimentos contribuíram grandiosamente com a luta pelo sufrágio feminino no Brasil.

O movimento de luta pela participação da mulher na política nunca foi um movimento de massas, no entanto alcançou diversas conquistas ao longo de mais de 20 anos.

[...] pode-se concluir que houve de fato, se não um movimento feminista na época, uma movimentação feminista que se expressou de diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmos com diferentes ideologias. O centro da questão feminista do período era, sem dúvida, a luta pelos direitos políticos, concretizados no direito de votar e ser votada. Esta foi a porta de entrada das mulheres na arena de luta por seus direitos, não só no Brasil, mas em todo o mundo ocidental. Na verdade, essa primeira luta era pela cidadania em seu nível mais básico.²¹

As mobilizações feitas pelas feministas liberais surtiram efeito, e em 1932 as mulheres conquistaram a cidadania com a promulgação de uma lei que depois foi ratificada pela

¹⁸ Uma mulher que fugia aos paradigmas da sociedade, que tinha um comportamento que era visto por muitos como inapropriado, era condenada pela sociedade e recebia a denominação pejorativa de “mulher pública” evidenciando sua má conduta.

¹⁹ Em 1859 surge na Rússia, um movimento de *luta pelos direitos das mulheres*, em 1862 as mulheres *conquistam o direito de voto na Suécia*, em 1865 cria-se na Alemanha a *Associação das mulheres Alemãs*, em 1869 é criada a *Associação Nacional do Sufrágio das Mulheres nos Estados Unidos*, em 1870 as mulheres *conseguem o direito de participar dos cursos de medicina na França*, em 1878 surge na Rússia uma *Universidade Feminina* e em 1910 é designado o *dia 8 de março como Dia internacional da Mulher*.

²⁰ Posteriormente, em 1922, foi transformado na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

²¹ PINTO, 2003, p. 38.

Constituição Federal de 1934. “Essa nova lei determinava o voto secreto, facultando-o às mulheres, *caso o desejassem*, embora fosse um direito obrigatório para os homens”.²²

Após as mudanças na constituição e a conquista do voto feminino, alguns paradigmas relacionados à mulher na sociedade brasileira começaram a sofrer algumas mudanças. No entanto, a maioria da sociedade e até mesmo uma boa parte das mulheres, principalmente as pertencentes à camada mais privilegiada da sociedade, continuaram a reproduzir estereótipos femininos.

Na década de 50, continuou a ser difundida a ideia que as mulheres eram indivíduos que nasceram para serem donas de casa, esposas e mães dedicadas. Durante esse período diversas revistas femininas divulgavam matérias sobre o comportamento que as mulheres deveriam ter na sua vida pessoal e social. A mulher como uma boa esposa deveria obedecer a seu marido, não o aborrecer com desconfianças e sempre atentar para a sua felicidade. O homem era encarregado de trazer o sustento do lar trabalhando durante longos períodos, por isso, merecia atenção e cuidado. Nem todas as mulheres agiam dessa maneira, buscavam ter uma maior autonomia dentro dos padrões da época, no entanto as expectativas sociais influenciavam suas atitudes e interferiam nas suas escolhas.

As mulheres durante os Anos Dourados²³ eram divididas em duas categorias: a mulher de família, que se empenhavam em manter uma boa reputação se preparando para o casamento (procurava a castidade) e que respeitava as decisões tomadas pelos pais; e as *levianas*, moças que se davam ao desfrute permitindo intimidades físicas com homens. As mulheres estavam sempre preocupadas com o que a sociedade iria pensar sobre a sua postura, e mesmo aquelas que não se comportavam conforme o que era esperado sofria com as expectativas de decepção de seus amigos e familiares mais próximos.

A mulher cada vez mais reprimia seus desejos, e incorporava os estereótipos existentes. As mais ousadas, que decidiam se aventurar no mundo do trabalho sofriam com o preconceito por estarem fora da esfera que realmente lhe pertenciam: o lar. Já as esposas deveriam se dedicar ao máximo a seus maridos, tentar ajudá-lo quando necessário sem despertar nele o sentimento de humilhação. A mulher casada não deveria deixar a esfera doméstica, pois a dedicação a um trabalho na rua poderia ameaçar a organização doméstica e também a estabilidade do matrimônio.

²² ALVARES, 2014, p. 4.

²³ Nesse período a cultura brasileira sofreu modificações, a mídia e o cinema começaram a exercer mais influências sobre a vida das pessoas, enquanto a tecnologia desenvolvida no período da guerra invadia os lares brasileiros.

A preocupação com a aparência também ocupava o tempo das mulheres nesse período, as revistas femininas minavam matérias sobre ideais de beleza. As mulheres que trabalhavam não podiam descuidar de sua aparência e reputação, deveriam estar sempre femininas. Dentro dessa concepção podemos observar o estereótipo de “feminilidade”, pois para ser mulher era preciso estar sempre bem arrumada, de acordo com os padrões estabelecidos pelo meio social.

Já na segunda metade do século XX o mundo passou por inúmeras modificações socioculturais que influenciaram não só o Brasil, mas diversas regiões do Ocidente. O mundo do trabalho passou a receber cada vez mais um maior contingente de mulheres e a educação superior se via cada vez mais com um número crescente de estudantes do sexo feminino. Segundo HOBBSAWM (1995) as mulheres constituíam “entre 15% e 20% de todos os estudantes dos países desenvolvidos”.

A entrada em massa de mulheres casadas – ou seja, em grande parte mães – no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 60.²⁴

As mulheres passaram, então, a exercer uma importante força política, sem nenhum precedente na história. Houve mudanças na natureza das atividades exercidas pelo sexo feminino e também nos papéis desempenhados por elas, e talvez o mais importante, nas expectativas convencionais do que deveriam ser esses papéis. O cenário político também se modificou, mas mesmo com certa proeminência das mulheres nesse cenário, em geral elas assumiam formas de “representação simbólica ou figurativa em corpos públicos”.

O novo feminismo da década de 60 trazia uma nova reivindicação, havia uma grande preocupação com a ideia de conciliação da vida doméstica com a vida pública, ou seja, uma preocupação de como conciliar o tempo destinado às atividades do lar e o tempo destinado ao do trabalho assalariado. Havia agora a busca por uma *igualdade* entre os sexos: oportunidade e tratamento equivalente aos dados aos homens.

As reivindicações que abalaram diversos locais do Ocidente só tiveram repercussão no Brasil na década seguinte, quando os ideais feministas de fato tomaram fôlego. Antes que as mulheres comessem a requerer novos direitos, o maior país abaixo da linha do equador foi invadido por uma onda que causou muito mais impacto que o movimento feminista: a cultura norte americana. Os produtos culturais e comerciais invadiram o território com grande força transformando mentalidades e criando um novo imaginário. O papel da mulher que até então

²⁴ HOBBSAWM, 1995, p. 305.

estava sempre relacionado com a moral e a boa conduta, com o mito da maternidade²⁵, com a ideia de pecadora redimida, com a concepção de pureza e fragilidade, passaram por diversos questionamentos resultando em transformações sem precedentes na história brasileira.

Um mundo novo pede novas mulheres

A partir da segunda metade do século XX, as intuições que antes regulavam a formação dos indivíduos sociais passaram a dividir esse espaço com os meios de comunicação de massa. As mídias de comunicação passaram a exercer uma influência arrasadora na formação do imaginário social, e os papéis que antes eram estipulados para a mulher e para o homem foram modificados, em alguns aspectos tão intensamente que novos hábitos foram atribuídos à sociedade brasileira.

Aos poucos o rádio ganhou espaço na casa dos brasileiros, em 1955, segundo ALVES (1988), o Brasil já possuía mais de 400 emissoras de rádios e quase meio milhão de aparelhos receptores. As músicas estrangeiras começaram a penetrar nos lares, e a música brasileira passou a ser mais difundida no território nacional. O próprio samba que por muito tempo habitou somente os bairros mais carentes, a partir das ondas do rádio desceu o morro e passou a fazer parte do dia a dia de um número maior de brasileiros.

Ainda nesse período os jovens estadunidenses passaram a fazer parte de um grande grupo que diante das incertezas e incompreensões do mundo estavam sob um único elo de unidade de uma nova juventude: o rock'n'roll. Esse novo ritmo expressava as contestações do jovem diante do mundo moderno tecnológico, e também procurava apagar as memórias do período da guerra. Uma nova juventude, menos letárgica e acomodada surgiu. O novo ritmo demorou um pouco para fazer sucesso aqui no Brasil, em meados da década de 50, e o impacto não foi o mesmo que nos jovens estadunidenses, pois os problemas e indagações que os afligiam não estavam presentes na realidade brasileira – os problemas do pós-guerra e a crítica perante as novas tecnologias. A rebeldia dos jovens do Norte não parecia tão viável para os jovens do Sul que não tinham “motivos” para se rebelarem. Somente da década de 60 é que esse ritmo influenciaria de maneira mais intensa a sociedade brasileira.

²⁵ Nessa concepção, o sentimento materno é defendido como algo puramente biológico, inerente às relações sociais. Assim o amor materno é visto como parte da “natureza feminina” e não fruto da transformação social, adquirido e incorporado pela sociedade.

Antes do sucesso da TV, o que fazia sucesso na terra dos tupiniquins era o cinema. O Brasil passou a produzir comédias musicais carnavalescas denominadas “chanchadas”, que atraía muito o público médio. A procura era tanta que algumas produções provocavam grandes filas, fazendo o espectador chegar algumas horas antes da projeção somente para conseguir um ingresso. Com as chanchadas o Brasil pôde concorrer com o cinema estrangeiro, no entanto eram os filmes estadunidenses que predominavam nas programações brasileiras.

Alguns padrões ideológicos, embora não diretamente políticos, foram nessa época bastante difundidos. Foi muito cultivada, por exemplo, a imagem da menina-moça ideal, romântica, bem comportada, que conquistava seu “príncipe encantado” após muita paciência, renúncia, lealdade, fibra e naturalmente muitas lágrimas.²⁶

O Brasil passou a sofrer modificações, mas muitos paradigmas passaram a ser reforçados ao ponto que novos estereótipos invadiram a mentalidade dos jovens, ocupando o lugar de antigos estereótipos difundidos pelas antigas gerações. E foram as novas mediações de informação – meios de comunicação de massa – as principais responsáveis por essas mudanças e permanências.

Segundo Guy Debord (1968), a realidade se constitui como espetáculo que pode ser utilizado para a manutenção da ordem na sociedade capitalista. Assim as imagens (o cinema, o vídeo, os programas) possuem uma realidade própria que se unem na construção de diversas outras realidades, transformando a sociedade em algo singular, ou seja, reduzindo a todos em uma única realidade possível. A tela, portanto, é algo a qual obedecer. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”²⁷. Portanto, “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens”.²⁸

A sociedade brasileira passou a ser influenciada de maneira direta e indireta a partir dos meios de comunicação. Os filmes, as propagandas e as imagens que foram veiculadas pelos meios de comunicação de massa contribuíram de forma significativa para a construção da subjetividade dos brasileiros. As produções cinematográficas foram as primeiras responsáveis pela transformação do imaginário social.

Valorizando suas formas esculturais e sobretudo o busto. *Hollywood* deixava porém bem claro, nas mensagens de seus filmes, que essas mulheres extremamente atraentes

²⁶ ALVES, 1988, p. 97.

²⁷ DEBORD, 1968, p. 13.

²⁸ *Ibid*, p.14.

tinham um preço muito alto para pagar pelo seu *sex appeal*. Durante 90 minutos de projeção, elas necessitavam provar que, a despeito de sua extrema sensualidade, eram, no íntimo, dóceis, carentes, frágeis e suficientemente maternais para que esse, quase no final da fita, o galã as reconhecessem como “dignas de desempenhar o papel de esposas e mães”.²⁹

As mulheres agora eram observadas principalmente pela sua sensualidade, que a partir de então tornar-se-ia um signo da imagem feminina. Tinham que conciliar a imagem de mulher “fatal” com a imagem de “moça de família”, denominação essa enraizada na esfera social nesse período. A preocupação com a aparência, já evidenciada anteriormente, fazia parte da ocupação das mulheres e se intensificou a partir da difusão do cinema. Com o passar do tempo a mulher se distanciou da imagem de “pureza”, deixou a esfera privada e se tornou definitivamente parte integrante da esfera pública. Mas ao adentrar a essa esfera aos poucos foi ganhando o *status* de “mulher objeto”³⁰.

No auge da década de 70 fizeram sucesso no Brasil os filmes que ficaram conhecidos como Pornochanchadas. Eram filmes de baixa qualidade conceitual, que continham cenas de nudez que mesclavam o erótico com a comédia. Nesses filmes não havia cenas de sexo explícito,

As mulheres apareciam excessivamente maquiladas e seminuas. As representações femininas nessas produções rompiam “com a representação tradicional de sedutora ingênua”.³¹ A imagem feminina deixa cada vez mais o *status* de “pureza”, para retornar ao antigo conceito de “filhas de Eva”.

O que estava em jogos em todo esse discurso da aparência é a transformação do corpo feminino em objeto de um desejo fetichista. Se por um lado, a estética cinematográfica era sinônimo de mentalidade moderna e um domínio em que a mulher podia tomar iniciativas, por outro lado, a sensualidade que emanava de sua representação a transformava em objeto passivo de consumo”.³²

A atmosfera de mudanças ganhou uma grande aliada, a TV, que assim como o cinema e o rádio, contribuiu para a transformação da mentalidade, só que em uma escala muito maior. A TV foi inaugurada no Brasil no segundo semestre de 1950, mas começou a ganhar espaço nos lares brasileiros na década de 1970 (40% dos lares brasileiros tinham aparelhos receptores). Esse novo meio de comunicação de massa inaugurou um novo momento no Brasil, assim como

²⁹ ALVES, 1988, p. 83.

³⁰ O objeto aqui deve ser compreendido como uma mulher que tem o corpo como sua principal representação, Segundo BOURDIEU (1999) a dominação masculina deve ser analisada nas estruturas inscritas na objetividade e subjetividade dos corpos. O corpo feminino deixa de ter somente um aspecto físico e assume um significado cultural.

³¹ PRIORE, 2011. p. 188.

³² Ibid, p. 115.

os outros meios de comunicação, foi responsável pela difusão de ideais e valores. Posteriormente se tornou o principal meio de mediação de informação, contribuindo para as transformações e as permanências socioculturais.

Os programas de TVs brasileiros foram em sua maioria transplantados do rádio, e com o crescente aumento dos números de televisores no território nacional, a TV passou a ser uma importante ferramenta de padronização da opinião, dos desejos e dos valores que regiam a sociedade. Durante o período da Ditadura Militar, a mídia televisiva passou a fornecer aos telespectadores canais de evasão do cotidiano, passou então a ser, principalmente, um veículo de entretenimento. Assim, “os meios de comunicação haviam sido transformados em anestésicos socioculturais”.³³

A mulher ainda era relacionada com o lar e com a ideia de sedução, de um lado tínhamos a imagem da mulher relacionada com a ideia de dona de casa e do outro tínhamos a crescente transformação da mentalidade feminina sobre antigos *tabus*. A popularização da pílula anticoncepcional proporcionou a mulher uma maior liberdade de escolha sobre a maternidade, e uma maior liberdade sexual. O prazer até então negado a mulher, passou a ser uma das buscas engajadas por diversas mulheres emancipadas.

Além da mudança cultura, a mulher participou de forma proeminente da esfera pública nesse período, em 1975 foi criado o Centro da Mulher Brasileira, em no mesmo ano foi criado o Movimento Feminino pela Anistia.³⁴ Essas movimentações foram responsáveis pela abertura de uma CPI, em 1977, para a investigação da real situação da mulher no Brasil, os resultados foram alarmantes, foi comprovado que a mulher era tratada de maneira inferior ao homem. Muitas trabalhadoras rurais recebiam apenas um quinto do salário dos homens, as mulheres grávidas eram demitidas de seus empregos sem nenhuma condolência. A mulher que tinha se emancipado, agora se via em um meio social que não a reconhecia integralmente, estavam fadadas a uma dupla jornada de trabalho e nem mesmo recebiam um salário equivalente ao do homem. A igualdade que durante tanto tempo as mulheres feministas lutavam para conseguir, ainda não existia, pelo contrário, a mulher cada vez mais estava fadada a dominação masculina.

Ao longo dos anos 60 e 70, a mulher conquistou certa liberdade, antigos padrões foram desconstruídos, mas ainda prevalecia antigos estereótipos femininos: a mulher que deve cuidar do lar, que deve ser mãe, etc. Mas cada vez mais a mulher começou a ganhar importância no âmbito sexual, a própria mulher que recém libertada de *tabus* sexuais, começou a ver em seu

³³ Ibid, p. 119.

³⁴ Esse movimento é de grande importância para a análise do posicionamento feminino, pois não era um movimento feminista e sim um movimento comandado por mulheres.

corpo a expressão maior de sua feminilidade: a mulher tinha que ser objeto de desejo dos olhares masculinos.

Nos anos 80, mesmo com diversas conquistas femininas, o lugar da mulher na sociedade ainda era marginal, e boa parte das mulheres que conseguiam adentra as esferas majoritariamente masculinas sofriam com a desigualdade e o estereótipo de inferioridade.

Os meios de comunicação, principalmente a TV, divulgavam a ideia de uma mulher que ainda deveria se abster do mundo público, os assuntos em programas destinados à mulher tratavam em sua maioria de assuntos relacionados ao âmbito domésticos. Em alguns momentos fazia-se alusão à liberdade sexual, mas sempre vigiada pela moral pública.

A preocupação com o corpo também tomava conta do imaginário feminino, os brinquedos oferecidos às meninas nessa época se resumiam a bonecas e artigos de cozinha. Claro que as bonecas já faziam parte da infância de quase todas as garotas há muito tempo, só que agora entrava em cena a *Barbie* – boneca criada pelo estilista Billy Boy em 1959, considerada a “mais famosa do mundo” – suas características físicas totalmente desproporcionais as características humanas faziam com as meninas que crescessem vendo na *Barbie* um modelo ideal de beleza. A busca por um corpo assimétrico fez, e faz parte ainda nos dias atuais, das convicções femininas. A mulher para ser bem aceita no meio social tinha que atender aos padrões de beleza vigentes na sociedade, a aparência passou a ser considerada a característica mais importante para as mulheres.

O corpo da mulher que já havia ganhado espaço nas mídias passou a ser difundido de uma maneira mais profunda. Nos anos 50 e 60 a mulher era representada nas Chanchadas como uma moça ingênua, a partir do Cinema Novo na década de 60 e 70 os filmes passam a associar a mulher ao aspecto social e de luta sociais, já na década de 70 e 80 a mulher passou a ser representada nas Pornochanchadas, evidenciando a bissexualidade feminina, e colocando a mulher puramente em uma posição de objeto sexual. Posteriormente o Brasil abriu espaço para as produções pornográficas norte americanas. “No início dos anos 80, a pornochanchada começou a perder o fôlego devido à crise mundial da qual o Brasil não escapou. As salas de cinema esvaziaram-se. O modelo também se esgotou e começaram a desembarcar aqui os filmes *hardcore* americanos”.³⁵

As representações pejorativas das mulheres também ganharam espaço na mídia televisiva, e a partir de então, um imaginário que já existia passou a ser difundido e reforçado por

³⁵ Ibid, p. 193.

programas de televisão.³⁶ Assim, a televisão “com o poder universalizante da imagem, ela passa a representar um papel fundamental na transformação dos padrões culturais”.³⁷

Os programas de auditório nesse período passaram a veicular a imagem da mulher de maneira estereotipada, ressaltando sempre os seus atributos físicos como a principal qualidade feminina. A exemplo desse fato, temos o programa “Cassino do Chacrinha” (1985), onde as mulheres apareciam expondo grande parte do seu corpo, e serviam apenas para satisfazer os olhares masculinos. As palavras de Aberlado Barbosa, apresentador do programa, deixam claro o papel da mulher em seu programa: “*Eu sei que o povo precisa para se divertir, no palco a mulher tem que ser boazuda, ter coxões e peitos grandes, porque o homem só gosta de magra para casar*”.

A mulher que outrora deveria ser recatada, conter os seus desejos, e se preparar para o matrimônio, agora estava preocupada essencialmente em agradar o grande contingente masculino a partir de seus dotes físicos. As mulheres que se resguardavam no lar, se não compactuavam com o estereótipo sexual atribuído à mulher, viviam assombradas com as mulheres que estampavam as capas de revistas e eram largamente exibidas em programas de auditório.

Ao longo da década de 90, a exposição do corpo da mulher passou a ser ainda mais violenta. Na tentativa de ganhar audiência os programas de auditórios apelaram para a banalização do corpo feminino. A banheira do Gugu, quadro que ia ao ar aos domingos no programa Domingo Legal exibido pelo SBT, é um exemplo de como tal abordagem era utilizada, as mulheres eram sempre expostas vestindo biquínis, tendo como única função a exposição de seus corpos.

Sabemos que os programas de auditório tinham como principal objetivo levar entretenimento para as *famílias brasileiras*, nesse sentido cada vez mais os lares foram invadidos por ideais de feminilidade, sempre estereotipados reduzindo a mulher, não somente a um ser inferior, mas também como um mero objeto de consumo.

Existe a construção e a disseminação de uma imagem de mulher sexualmente desejável. Ela é identificada como aquilo que todos os homens devem aspirar e possuir, podendo ser incorporada pelas mulheres como aquilo que elas devem ser ou se tornar para poder obter uma valorização social.³⁸

³⁶ A TV por atingir um público muito maior, e por isso, passa a ser o principal difusor de estereótipos.

³⁷ FADUL, 1976, p. 50.

³⁸ CRUZ, 2014, p. 3.

Os estereótipos femininos na atualidade não se diferenciam totalmente aos disseminados no Brasil ao longo de mais de meio milênio, a mulher ainda é vista com ar de inferioridade, a imagem que se tem dela ainda faz referência ao âmbito doméstico, e muitas vezes ao sair da esfera privada e adentrar a esfera pública, aparece com o signo da “mulher objeto”. Ao serem bombardeadas com imagens estereotipadas, as mulheres incorporaram os ideais ditados pela sociedade – sociedade está calcada em valores misóginos – que hoje é partilhada e aceita por uma grande parte da população, inclusive a feminina.

A INEXPRESSIVA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MUNDO POLÍTICO E A INFLUÊNCIA DO IMAGINÁRIO SOCIAL.

A Mulher na Vida Pública

Observamos que a mulher ao longo da história do Brasil foi afastada da esfera pública e que a tradição e o costume preservaram o imaginário de “feminilidade”, contribuindo para a exclusão da mulher nas estruturas de poder, negando a ela a própria cidadania.

O termo cidadania pode ser observado por diversos ângulos, e um deles nos remete à participação. Ser cidadão é fazer parte de uma sociedade onde se usufrui de um conjunto de benefícios e participar de uma série de ganhos que ela produz. Além disso, também devemos considerar que a cidadania nos impõe uma série de deveres que, se inexistissem não conseguiríamos nos organizar de maneira adequada. Portanto, cidadania se formula como “um conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito no ambiente em que vive”.³⁹

Para ser considerado efetivamente um cidadão no sentido mais preciso do termo – do latim *civitas*, habitantes de uma cidade - é necessário participar de forma ativa das relações e das articulações que organizam uma sociedade. A mulher durante um longo período não poderia ser compreendida como cidadã, pois não usufruía de direitos, somente de deveres para com a sociedade. Eram passivas, pois não podiam participar das decisões de poder.

Somente em 1934 com a ratificação da Constituição – incorporando a da lei de 1932, que concedia as mulheres o direito ao voto - é que a mulher conseguiu conquistar efetivamente o direito de participação na esfera política, conquistando de fato a sua cidadania.

³⁹ BOEMY; HELENA. 2010 p.210.

Mesmo tendo galgado um reconhecimento em um amplo espaço da sociedade, a mulher tinha uma inexpressiva participação no cenário político⁴⁰. A participação da mulher era reduzida, o que não contribuiu efetivamente para alterações importantes no sistema de forças.

A inexpressividade feminina no cenário político brasileiro era um fato, por isso, no ano de 1995, foi instituída, nas chapas partidárias, a incorporação de mulheres candidatas. Inicialmente foi aprovada a Lei nº 9.1000/1995 onde 20% das vagas à candidatura deveriam ser ocupadas por mulheres.⁴¹ Apesar do esforço, muitos partidos não conseguiram preencher as vagas reservadas as mulheres nas eleições do ano seguinte. Já no ano de 1998 houve algumas alterações, as representações femininas tiveram um aumento nas Assembleias Legislativas chegando a 33%, mas na Câmara dos Deputados sofreram com uma diminuição: em 1994 a representação feminina somava 6,38% e nas eleições de 1998 diminuiu para 5,65%.

Com o passar dos anos, depois de diversas batalhas travadas, as mulheres conseguiram um reconhecimento legal – o que não anula o fato delas ainda serem tratadas com “desigualdade” em vários setores sociais⁴² – e hoje tem, até certo ponto, liberdade para desempenhar diversos papéis, inclusive assumirem cargos políticos, se assim o quiserem. No entanto, mesmo o eleitorado feminino (52,13%) sendo maior que o masculino (47,78%), a porcentagem de mulheres no Senado e na Câmara dos Deputados ainda hoje não ultrapassa 12%⁴³ - isto demonstra que a própria mulher não vota na mulher.

A mulher ainda não está totalmente incluída na esfera pública, e pior ainda, ela mesma se exclui desse espaço.⁴⁴ A pouca participação feminina nesse cenário não pode ser atribuída

⁴⁰ A participação política na qual me refiro não é só o ato votar e ser votada. Essa participação deve ser compreendida como verdadeiro acesso às instituições de poder. O *não entender de política* e o *não gostar de política* também devem ser somados a essa amálgama de fatores que contribuem para a falta de participação feminina nas instituições do governo.

⁴¹ Lei n. 9.100/1995. Dispõe o art. 11, § 3º, da Lei n. 9.100/1995: “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidos por candidaturas de mulheres”. No ano de 1997, o percentual mínimo de mulheres candidatas passou para 30%. Diz o art. 10 da lei: § 3º Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

⁴² Segundo o IBGE (2010), o número de mulheres com o ensino superior completo é 25% superior à dos homens. Mesmo assim elas ainda se veem em desvantagens na hora de exercer alguma atividade remunerada, atingindo o percentual de 54% enquanto os homens atingem 75,7%, sendo que somente 39,8% dessas mulheres obtém carteira assinada – garantia de benefícios trabalhistas – contra 46,5% dos homens. Além disso, *o salário das mulheres ainda é inferior ao dos homens* em diversos setores, e isso é mais agravante para *as mulheres pretas ou pardas*, sendo que os rendimentos destas podem corresponder até a “35,0% do rendimento médio dos homens brancos”. E ainda, “Nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres em idade ativa ocupadas mais que dobrou; no entanto, *a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados continua sendo uma atribuição quase exclusivamente feminina*” (p. 120/121. Grifo nosso). Esses dados nos mostram as barreiras que ainda são impostas as mulheres, logo em um espaço que muitos acreditam já ter sido conquistado por elas – o que chega a soar um pouco irônico.

⁴³ Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidatas a eleições 2014 eleitas, somam quase 21.01% Senadoras, 9.9% Deputadas Federais, 11.11%.

⁴⁴ Em março de 2014, o TSE lançou uma campanha que tinha o objetivo de convocar as mulheres para a política. Durante o período de campanha eleitoral deste ano, foi exibido um vídeo publicitário de 30 segundos que

somente ao histórico de exclusão da mulher do meio público. Mesmo com a democratização da informação - oferecida pelas mídias digitais – e com o amplo acesso à educação superior, um número considerável de mulheres continua a exercer somente os papéis atribuídos ao seu sexo. Elas se afastam do meio político e se abstém da oportunidade de dividir os espaços de poder com o sexo oposto, e desfrutarem de uma verdadeira “igualdade”.

Por qual razão as mulheres – a maior parte da sociedade, pois sabemos que um número considerável se movimenta, mas este não é suficiente para contrapor a maioria que se cala - não se prepara ou não se movimenta para participar do meio político? O que de fato impende que essa maioria se posicione frente às permanências de estereótipos e a desigualdade de gênero ainda existente na sociedade brasileira? Visto que esse quadro faz parte de nossa realidade a mais de meio milênio, é possível concluir que é irreversível? E se não, como fazer com que ele se transforme, para que a verdadeira “igualdade” contemple ambos os sexos? Essas indagações nos motivam a analisar a realidade atual para assim podermos inferir possíveis respostas.

A Influência do Imaginário Social e a Desconstrução dos Estereótipos

O longo caminho que percorremos na história do Brasil, demonstrou que as mulheres ainda se veem assombradas com estereótipos que estão presentes no imaginário social desde o século XVI, período que as índias eram vistas como seres vis e desprovidas de civilidade. E que com o passar do tempo foi se transformando e muitas vezes abrindo espaço para novos estereótipos, por causa de fatores internos, mas principalmente, de fatores externos. As mulheres que sempre se viram coagidas pelos padrões misóginos sociais, acabaram incorporando as representações que foram a elas atribuídas, e geração após geração reproduziram um imaginário que as mantiveram cada vez mais a serviço da própria sociedade patriarcal.

Os estereótipos contaminam sua imagem [mulher] na política, vendo-se afirmações do tipo: *mulher não sabe votar, não sabe se comportar numa representação parlamentar, não sabe falar em público, não gosta de política*. O discurso é aprendido e inúmeras vezes veem-se estas afirmações registradas nos depoimentos das próprias mulheres.⁴⁵

demonstrava a necessidade de mudança cultural e de participação feminina no cenário político. E não devemos esquecer-nos da política de cotas para as mulheres já citada anteriormente.

⁴⁵ ALVARES, 2014, p. 5.

TOSCANO (1982), explica que um dos motivos encontrados para a falta de interesse da mulher em participar do meio político, está intimamente relacionado com: “timidez, sentimento de inferioridade, modéstia excessiva e até mesmo certo comodismo”. Estas características muitas vezes podem soar somente como um disfarce para a recusa de ocupar cargos de poder.

As preocupações que ocupam o mundo feminino ainda estão relacionadas diretamente com as necessidades domésticas e a criação dos filhos. Pesquisas recentes comprovam que a mulher trabalha em média mais que o homem, se somada às horas destinadas ao serviço doméstico com as horas destinadas para o trabalho fora do espaço do lar.⁴⁶ O que nos leva a inferir que, as mulheres ao se dedicarem a tantas tarefas não encontram tempo para desenvolverem outras atividades não pertencentes a sua esfera de atuação. As que se arriscam a dividir seu tempo - já extremamente ocupado com a dupla jornada de trabalho – com os estudos e preparação para exercerem outras atividades, acabam presas a uma tripla jornada. Portanto, uma primeira razão que podemos considerar para o afastamento da mulher do meio político, é a sua condição de “mulher moderna”, incumbida de diversas responsabilidades. Essa leitura pode ser feita tendo como referência a mulher da classe trabalhadora. Mas aquela mulher que não se vê presa a essas responsabilidades, o que faz com que ela não procure mudar a realidade?

As mulheres da atualidade se veem presas a alguns papéis muito profundos. Primeiro, a ideia de “mulher moderna” - o qual foi mencionado acima – que está relacionado com a mulher contemporânea: ela cuida do lar, ajuda no sustento da casa, e ainda tem que se manter mais próxima dos padrões de beleza vigentes. O segundo é associado à mulher do lar, na qual o sentimentalismo afluído se sobrepõe à razão, ela está relacionada com a ideia de “mulher tradicional”. A contraponto dessas duas observamos a existência de um terceiro padrão feminino que se instaurou no imaginário coletivo e é desempenhada por muitas mulheres que tem no corpo sua principal expressão de feminilidade, nesta visão a mulher acredita que sua aceitação no meio social é originada principalmente mediante sua “aparência”, como se ela fosse o bem maior de uma mulher. Esta última mulher entra na esfera pública com o signo de “mulher objeto” – estereótipo difundido na segunda metade do século XX, fortemente mantido na sociedade atual e reforçado pelos meios de comunicação.

A mulher ao ser reduzida a simples condição de objeto de consumo não encontra incentivo para sair dessa condição. Ao se render as aspirações estéticas, ao discurso pré-estabelecido,

⁴⁶ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com bases em pesquisas realizadas no ano de 2008 pelo IBGE. A mulher se dedica mais aos afazeres domésticos, somando um total de 14 horas semanais que os homens horas a menos. E se somada a horas de trabalhos destinadas tarefas domésticas com as horas destinadas ao mercado de trabalho, a jornada semanal feminina (54,7 horas) ultrapassa seis horas da masculina (48,3 horas).

prende a si mesma em uma esfera de exclusão, pois tem como principal preocupação a sua aparência e concentra seus esforços na realização desse ideal.

O meio social impõe a ditadura da beleza e com isso exerce uma dominação sobre os corpos femininos. Segundo FOUCAULT (2000) um corpo submisso se torna útil. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (p.118). As mulheres ao se colocarem nesse papel têm sua subjetividade engessada.

São diversos os motivos pelos quais a mulher não procura estar presente no meio político, no entanto, todos eles são motivados por estereótipos existentes no meio social, portanto, o imaginário é um dos principais responsáveis pelos papéis que hoje são atribuídos ao sexo feminino. A incorporação dos estereótipos pela mulher resultou em uma naturalização do discurso e ao reproduzi-lo – muitas vezes de forma inconsciente – provocou um círculo vicioso difícil de ser rompido. Assim, as mulheres⁴⁷ se mantêm subordinadas aos padrões concebidos e impostos pela sociedade e nem mesmo cogitam se desvencilhar das amarras cunhadas por eles.

Segundo Hanna Arendt (1987), existem três atividades fundamentais para a vida humana, esse conjunto de ação é denominado de *Vita Activa*. A primeira é o labor, que corresponde ao processo biológico do corpo humano (nascimento, crescimento e envelhecimento), o desenvolvimento humano gera necessidades vitais, que são produzidas e introduzidas pelo próprio desenvolvimento. A segunda é o trabalho, que corresponde às coisas que não são naturais da existência humana, é por meio do trabalho que se produz o mundo artificial, tal como o conhecemos hoje. E a ação que, é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens”, e está relacionada com a existência de vários homens, ou seja, com a pluralidade. A ação só é possível dentro em uma existência plural, isto quer dizer que, é o fato de existirem vários homens e não um único homem que torna a ação crível. É por meio do conceito de ação de Hannah Arendt, que desenvolverei o pensamento sobre a condição da mulher na sociedade.

“Agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, <começar>, <ser o primeiro> e, em alguns casos, <governar>), imprimir movimentos a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir.”⁴⁸

⁴⁷ Ao pensar na mulher como um ser imóvel e suscetível aos paradigmas sociais, me refiro a grande maioria que não se propõe a mudar suas condições de existência e buscar um “verdadeiro” reconhecimento na vida pública. Portanto, não me refiro às mulheres – muito poucas se comparadas ao grande contingente feminino no Brasil – que ao longo dos últimos dois séculos procuraram propor inovações sociais.

⁴⁸ ARENDT, 1987, p. 190.

A ação está relacionada com a existência de vários indivíduos - tanto os homens como as mulheres - precisam viver em sociedade para poderem agir, de tal modo a ação não pode ser dissociada do convívio social, tão pouco do discurso, pois é por meio da palavra que o autor se identifica. Mediante da ação e do discurso que os *indivíduos se distinguem uns dos outros, e se manifestam uns aos outros enquanto seres humanos*. Foi entre a ação e o discurso que a política se constituiu, é nessa dimensão que o ser humano manifesta sua ação, pois é na vida pública que o ser humano interage com os demais. Ao agir o indivíduo pode fazer o improvável, portanto a ação está ligada diretamente com a capacidade de criar.

A ideia de inovação está intimamente relacionada com a singularidade de cada indivíduo, pois cada um é único em sua essência. Assim, a individualidade é necessária para que as pessoas exerçam sua condição humana: sejam capazes de agir. Todos aqueles que são reduzidos a uma única singularidade não podem ser espontâneos, pois a sua ação é limitada e assim são incapazes de propor o novo. “Se a ação, como início, corresponde ao fato nascimento, se é a efetivação da condição de natalidade, *o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais*”.⁴⁹

Mediante a ideologia a indivíduo se afasta da ação, pois a partir de certa doutrinação é eliminada a sua individualidade, e assim a pluralidade dos indivíduos. Considerando que a ação é uma atividade da condição humana, “a vida sem o discurso e sem a ação (...) *está literalmente morta para o mundo*; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens”.⁵⁰

A mulher ao ser reduzida a uma única singularidade – oferecida pelos estereótipos de gênero – tem a sua individualidade anulada, e ao simplesmente reproduzir um discurso pré-estabelecido não é capaz de propor o novo e romper com o imaginário existente. Os discursos difundidos pelos meios de comunicação de massa reforçam a ideia de uniformidade, e de forma passiva a mulher apropria-se desse discurso, sem condição o suficiente para questioná-lo. Essa aceitação é recorrente da falta de pluralidade, a mulher reduz a si mesma aos papéis já concebidos, sem uma individualidade, restritos somente ao conjunto de atividades na qual é inserida, perdendo a sua capacidade de “agir”.

As submissões aos paradigmas sociais, tanto de homens quanto de mulheres, impossibilitam a concepção de uma sociedade mais igualitária. O destino social, o qual é

⁴⁹ Ibid, p. 191, grifo nosso.

⁵⁰ Ibid, p. 189, grifo nosso.

elaborado pelo conjunto da civilização, passa então a ser interpretado – até mesmo inconscientemente – como um destino biológico, psíquico e econômico.

O exemplo mais claro dessa total aceitação é o fato das mulheres se absterem da participação do mundo da política. E ao se afastarem dessa esfera, se afastam das relações de poder.

O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de <organização>) e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder. Todo aquele que, por algum motivo, *se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente*, por maior que seja sua força e por mais válida que sejam suas razões.⁵¹

A emancipação tão almejada por muitas mulheres, e a convivência “igualitária” no meio social, é parte integrante de um processo que ainda está caminhando – a passos lentos ou não. Mas ao analisar a realidade que nos cerca, e o atual posicionamento da maioria da população, e principalmente, das mulheres, nos faz repensar a tal da “libertação feminina”, pois a mulher ao deixar o âmbito doméstico se vê presa à uma esfera pública na qual não tem expressividade o suficiente para alterações respeitáveis no sistema de forças. *A priori* tem-se a impressão que ao abrir a porta para uma nova realidade, a mulher adentrou um novo espaço restrito, como se estivesse presa a uma bolha, e ao estourá-la somente passou a entregar uma bolha com dimensões maiores.

Enfim, para que a plena “igualdade” de direitos com os homens seja alcançada, as mulheres precisam alcançar um maior número de representantes nos centros de decisão política, pois é mediante tal esfera que o poder se manifesta, e somente ao dividir o poder é que conseguirão fazer alterações substanciais no sistema de força. E para que isso aconteça é preciso que se posicionem e combatam os estereótipos de gênero, pois eles são os maiores responsáveis pela desigualdade entre os sexos.

⁵¹ Ibid, p. 213, grifo nosso.

Referências.

ALVARES, Maria Luiza Miranda. **Mulheres e Participação política**. Disponível em <<http://www.ufpa.br/ifch/administrator/mulheresepolitica.pdf>> Acesso em 15/05/2014 .

ALVES, Júlia Falivene. **A Invasão Cultural Norte-americana**. Ed. 27. São Paulo: Moderna, 1988.

ARAÚJO, E. “A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia”. In: PRIORE, M. D. (Org). **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45-75.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Tradução de Roberto raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

BASSANEZI, C. “Mulheres nos Anos Dourados” In: PRIORE, M. D. (Org). **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-621

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOEMY, Helena. MEDEIROS, Bianca Freire-. “Participação política, direito e democracia” in **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Brasil. **Estatísticas de Gênero: Uma análise do censo demográfico de 2010**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>> Acesso em 26/11/14

BRASIL. **Estatísticas Eleitorais 2014**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>> Acesso em 26/11/14

BRASIL. **Jornada de Trabalho**. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/jornada_brasil_70.pdf > Acesso em 26/11/14

CHAUÍ, Marilena. “A Preocupação com o Conhecimento”, in **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005

D’IANCAO, M. A. “Mulher e Família Burguesa” In: PRIORE, M. D. (Org). **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-229

FRACASSO dos Estereótipos de Gênero. Direção: Fábio Oliveira. Produção de Grupo de Pesquisa Reconhecimento e redistribuição: formas de combate aos estereótipos de gênero. Ponto de Equilíbrio e Imagem, 2013. DVD (50 min.)

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 104-113.

LIMA, Maria Manuel. **Considerações em Torno do Conceito de Estereótipos: Uma Dupla Abordagem**. Disponível em <http://mariammanuelbaptista.com/pdf/Consideracoesemtornode.pdf> > Acesso em 21/11/14.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, M. “Trabalho feminino e sexualidade” In: PRIORE, M. D. (Org). **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-604.

RAMINELLI, R. “Eva Tupinambá”. In: PRIORE, M. D. (Org). **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.12-42.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.